

O túmulo de Isabel de Aragão, rainha de Portugal: propostas para uma cronologia antecipada

Giulia Rossi Vairo

Instituto de Estudos Medievais, FCSH-UNL
g.rossivairo@tiscali.it

Resumo

O monumento funerário de Isabel de Aragão, rainha de Portugal, hoje em dia situado no coro baixo da igreja do mosteiro de Santa Clara-a-Nova em Coimbra, está tradicionalmente datado de 1329-1330 pela historiografia. Neste artigo propõe-se antecipar a realização do mausoléu para 1326-1327, com base na reconstrução do contexto histórico e espiritual dentro do qual amadureceu a encomenda do túmulo; nas informações colhidas nas fontes narrativas e documentais; nas evidências materiais; e na análise iconográfica, estilística e comparativa com a produção escultórica coeva. Estabelece-se uma comparação entre o sarcófago da rainha Isabel e o sepulcro da sua neta, a infanta Isabel.

Abstract

The funerary monument of Isabel of Aragon, Queen of Portugal, today housed at the lower choir at the church of the monastery of Santa Clara-a-Nova at Coimbra, is traditionally dated from 1329-1330. This article proposes to anticipate the accomplishment of the sarcophagus to 1326-1327. This proposal is based on: the reconstruction of the historical and spiritual context in which the project of the tomb was conceived; the information collected in the narrative and documentary primary sources; the material evidences; and the iconographic, stylistic and comparative analyses with the contemporary sculpture production. It is established a comparison between the sarcophagus of Queen Isabel and the sepulchre of her granddaughter Isabel.

Palavras-chave: Isabel de Aragão, rainha de Portugal; testamentos; tumulária; iconografia.

Keywords: Isabel of Aragon, queen of Portugal; wills; funerary sculpture; iconography.

A 7 de Janeiro de 1325, após uma prolongada e inexorável doença, D. Dinis exalava o seu último suspiro ao fim de quarenta e seis anos no trono do reino de Portugal. Alguns dias antes, a 2 de Janeiro, ao constatar o agravamento das condições de saúde do monarca, a rainha consorte Isabel escrevera um auto sobre pergaminho e em latim conhecido como *protesto*, mas que, numa leitura retrospectiva, pode ser considerado uma espécie de “testamento espiritual” pelo facto deste conter o *propositum* (Vauchez 1989, 209 e ss.) de vida da soberana, caso ficasse viúva¹. Falecido o rei, a 8 de Janeiro a soberana retomava alguns conceitos daquele texto num outro diploma, desta vez redigido em português².

¹ Transcrição do auto de 2 de Janeiro de 1325 em Sousa (1947, 142-143).

² Transcrição do auto de 8 de Janeiro de 1325 em Figanière (1859, 273-275).

Porém, não obstante o conteúdo análogo, entre os dois documentos foram observadas significativas diferenças.

Com respeito ao auto de 8 de Janeiro, o de dia 2 apresenta-se de uma forma mais solene e oficial devido ao uso do latim, às características extrínsecas – o suporte e a presença do selo em cera vermelha pendente de uma fita verde – e à *notificatio*³. Tais considerações levam a crer que este fosse dirigido a um destinatário não só capaz de compreender e avaliar a solenidade do diploma, mas a quem D. Isabel pretendia comunicar os seus propósitos de vida, sendo próxima a morte do seu esposo⁴. Além disso, da análise do texto depreende-se que, na altura, a rainha já decidira mandar-se enterrar no mosteiro de S. Clara e S. Isabel de Coimbra⁵, por ela refundado a partir de 1317⁶, e já estabelecera como ser recordada uma vez que, em ambos os documentos, declara que quer ser sepultada envergando o hábito de santa Clara depois de ter favorecido e apoiado as comunidades cistercienses do reino, sobretudo as do ramo feminino da ordem, ao longo de quase toda a sua existência (Vairo 2014). A esse propósito, deduz-se também que, então, a soberana já tomara a decisão, caso sobrevivesse ao marido, de vestir o hábito das clarissas, mas somente em sinal de viuvez e humildade, afirmando expressamente de não querer professar em alguma ordem religiosa, antes pelo contrário, de querer manter o estado laical e a gestão do seu património, tendo consciência de não poder observar a *forma vivendi* das religiosas devido ao rigor da Regra e à sua idade. Vale a pena destacar que, em ambos os documentos, não há qualquer referência à clausura, assim como, nos dois textos, a rainha várias vezes manifesta a sua determinação e vontade, uma vez viúva, de conservar o estado laical. Contudo, no auto em latim, mas não no português, há uma explícita alusão a um testamento, já compilado ou prestes a ser redigido⁷.

³ “*Noverint universi praesentes nostras literas inspecturi*” (Sousa 1947, 273).

⁴ Considerando as características do auto em latim pode-se supor que o documento fosse dirigido à Igreja, universal e nacional, e/ou aos poderosos da terra eventualmente interessados no assunto (Jaime II de Aragão?).

⁵ Sobre a história da fundação do mosteiro de S. Clara e S. Isabel de Coimbra ver: Esperança (1656-1666, II, 19 e ss.); Vasconcelos (1893-1894); Santos (2000); Rossi Vairo (2001); Macedo (2006); e Andrade (2012, 229-234).

⁶ “*volumus et intendimus sepeliri in Monasterio Sanctae Clarae apud Colimbriam*” (Sousa 1947, 274).

⁷ “*prout apparebit in testamento nostro plenius contineri*” (Sousa 1947, 274). No diploma português falta qualquer referência quer a um testamento quer à vontade da rainha de mandar-se sepultar no mosteiro de S. Clara de Coimbra, não sendo nem sequer mencionado.

O testamento mencionado no *propositum* de 2 de Janeiro, de que evidentemente se perdeu o rasto, teve que ser escrito verosimilmente entre 20 de Junho de 1322, data do “dito” segundo testamento de D. Dinis em que o rei optara para uma sepultura individual no mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas⁸, e o início do ano de 1325, na proximidade da morte do monarca, consoante o uso do verbo no tempo futuro na passagem do texto que a este se refere, alusivo quer a uma ação ainda para se realizar, quer a uma já realizada, mas de que será dado público conhecimento na altura certa, conforme a praxe testamentária (*prout apparebit in testamento* ou seja “como se tornará evidente no testamento”)⁹. É mais que razoável prospetar a existência de um outro testamento em que D. Isabel se pronunciara sobre a sua sepultura e justamente neste arco temporal porque, caso falecesse antes do marido, eventualidade a que ela própria acena nos primeiros dias de 1325 (e na qual, na verdade, deverá ter pensado bem antes de tal data), perguntámo-nos onde teria sido enterrada. De facto, não parece credível que a rainha ignorasse as disposições do consorte expostas no testamento de 1322, confirmadas também no de 31 de Dezembro de 1324¹⁰, avaliando ainda a possibilidade de se mandar sepultar junto do monarca no mosteiro de Odivelas, conforme as instruções dadas pelo casal régio em 1318, deduzíveis da epístola de papa João XXII de 27 de Fevereiro de 1319¹¹, altura em que os reis tinham elevado o cenóbio a panteão da Coroa (Vairo 2012 e 2013).

É provável que neste testamento desaparecido a soberana tenha deixado generosos legados em favor do “seu” mosteiro de Coimbra e tenha estabelecido a própria sepultura na igreja, não no coro, mostrando absoluta coerência com o que afirmara no *propositum* relativamente à sua vontade de conservar, uma vez viúva, o estado laical e de vestir o habito de santa Clara só em sinal de luto. Teria assim ordenada a colocação do seu sepulcro de forma em tudo análoga ao de D. Dinis em Odivelas, ou seja, no meio da nave principal, entre o altar-mor e o coro das religiosas.

⁸ Transcrição do testamento de D. Dinis de 20 de Junho de 1322 em Sousa (1947, 125-132).

⁹ Esta questão cronológica prende-se também com a ausência de qualquer referência a este testamento no diploma português.

¹⁰ Transcrição do testamento de D. Dinis de 31 de Dezembro de 1324 em Brandão (1980, 582-589).

¹¹ Transcrição da epístola de papa João XXII de 27 de Fevereiro de 1319 em Rossi Vairo (2010).

Esta última afirmação encontra confirmação no *Livro que fala da boa vida que fez a rainha D. Isabel*, a *Vita*, redigida logo a seguir à morte da rainha (*post 1336*), conhecida como a *Lenda da Rainha Santa Isabel*, e cuja narração segue, na primeira parte, uma sequência cronológica (*A Vida da Rainha Santa Isabel 1954*). O autor refere com precisão que, acabada a construção do templo, a soberana mandara posicionar o seu sarcófago, rodeado de grades, no centro do espaço eclesiástico¹². Contudo, devido a este arranjo, a igreja ficava muito “*embargada*”, impedindo as freiras, fechadas no coro, de assistir ao único momento da missa em que lhe era permitido participar também visualmente, ou seja, a consagração da Eucaristia. Assim, a seguir, a *Vita* conta que, após uma cheia catastrófica do rio Mondego, cuja água chegara a entrar dentro do templo submergindo o túmulo¹³, D. Isabel, querendo salvaguardar o seu mausoléu e, ao mesmo tempo, favorecer as *sorores*, ordenou a construção de uma capela acessível a clérigos e fiéis¹⁴ e um outro coro, ou *coretto*, de uso exclusivo das clarissas, em posição sobrelevada com respeito ao chão. A capela, dotada de um altar e decorada com “*images e seedas*”, devia satisfazer uma função eminentemente funerária pois, como refere a *Lenda*, em cima foi colocado o sepulcro régio. Igreja e capela foram consagradas por D. Ramon d’Ébrard (II), bispo de Coimbra, a 8 de Julho de 1330, conforme o que a historiografia apontou para a celebração da solene cerimónia (*Esperança 1656-1666*, 34).

Sabemos que a capela funerária, suportada por uma abóbada de aresta, foi edificada com a pedra branca de Ançã, também utilizada para a realização do monumento da rainha e da cobertura da igreja (Fig.1), enquanto para o *coretto*, apoiado numa abóbada de berço, foi aproveitado um material diferente, o calcário de Bordalo (*Macedo 2006*, 641 e ss.)¹⁵. O uso de dois materiais diversos, assim como de duas soluções estruturais diferentes para a cobertura dos ambientes sobrestantes, permite avançar a hipótese da existência de duas

¹² “*E acabada a igreja do Mosteiro, fez poer o mouimento que ella já tinha feito pera sa sepultura em meo da Igreja.*” (*A Vida da Rainha Santa Isabel 1954*, 101).

¹³ Se bem que a historiografia coloque a cheia do rio em 1331, não se pode excluir que a igreja também tivesse sido inundada anteriormente. Além disso, a *Vita*, ao referir o acontecimento fornece uma data exata que não coincide com a proposta pelos estudiosos e que, por outro lado, para a sua excessiva precocidade (1319), deve ter sido fruto dum erro de transcrição do copista.

¹⁴ “*para seerem os Clerigos et os outros que viessem hi ouvir as horas ou dizerhas.*” (*A Vida da Rainha Santa Isabel 1954*, 101).

¹⁵ O autor segue a posição de Vasconcelos (1893-94, 62, nota 1) relativamente às fases construtivas da capela da rainha.

distintas campanhas construtivas, possivelmente seguidas uma à outra¹⁶. A historiografia faz remontar as obras da capela a partir de 1331, ou seja, posteriores à consagração do templo, não tomando em consideração o que refere a *Lenda* a esse respeito¹⁷. Contudo, neste ponto perguntamo-nos por qual motivo a soberana devia mandar realizar naquela altura uma capela funerária se já em 1327 decidira sepultar-se no coro? De facto, data de 22 de Dezembro de 1327 o último testamento de D. Isabel em que ela estabelecia a sua inumação “*em o meo geõ do Coro*”, ou seja “*no meio do coro*”¹⁸. Esta especificação, que não devia constar nas disposições anteriores e que talvez tenha motivado a redação de uma nova versão do testamento, atesta a ulterior evolução de pensamento e de atitude da rainha viúva para com o mosteiro de S. Clara e S. Isabel, que se tornava o principal beneficiário do seu património, e a comunidade religiosa deste, a que entregava o seu corpo e a sua memória.

Portanto, tendo em conta as últimas vontades régias, parece mais razoável pensar que se houve uma nova campanha de obras a partir de 1331, marcada pela sucessão na direção do estaleiro de Estevão Domingues, já ativo em 1330 (Andrade 2012, 238 e nota 5), esta terá dito respeito ao *coretto*. De facto, uma vez que D. Isabel optara pela clausura, é lícito imaginar que se preocupasse em mandar construir um ambiente análogo ao da capela funerária, querendo vê-lo acabado em tempos certos, para alojar o seu monumento e o da infanta Isabel, sua neta, falecida em 1326, com quem ela estabelecera partilhar o descanso eterno no testamento de 1327. Talvez tenha sido por esta razão que foram adotadas soluções “românicas” menos elaboradas e de mais rápida execução na estrutura do *coretto* (Macedo, 2006, 683).

Tais considerações relativas aos diferentes arranjos do túmulo da rainha Isabel, inicialmente no meio da igreja, posteriormente numa capela edificada de propósito, para a qual neste texto foi sugerida uma diversa cronologia das fases construtivas, e hoje em dia no coro baixo da igreja do mosteiro de Santa Clara-a-Nova, para onde foi transferido em finais do século XVII, levam a refletir sobre a sua datação (Fig.2).

¹⁶ Francisco P. Macedo (2006, 671) observou que no sistema de cobertura dos dois ambientes aparecem siglas de lapicidas distintos, constatando que na capela funerária estas são mais raras. Isto só pode confirmar que foram realizadas duas campanhas de obras distintas, caso contrário os obreiros teriam sido os mesmos.

¹⁷ “*E o Bispo Reimondo de Coimbra sagrou aquella Igreja et Capella et os Altares que som postos em ella e o Cemiterio de fora.*” (*A Vida da Rainha Santa Isabel* 1954, 101).

¹⁸ Transcrição do testamento da rainha Isabel de 22 de Dezembro de 1327 em Sousa (1947, 148-153; 148).

A historiografia faz remontar a realização do sepulcro aos anos 1329-1330, dando por assumido que este foi executado depois da redação do último testamento de 1327¹⁹. Porém, mais uma vez, recorda-se que, com este, D. Isabel pôs por escrito a vontade de se encerrar para a Eternidade e para recordação dos vindouros no coro, espaço exclusivo das clarissas, interdito a parentes, *familiares* e fiéis, exceto aos que tivessem obtido das autoridades eclesiásticas a licença para entrar nele. À luz destas observações, tal decisão parece contrastar com o mausoléu que transmite uma imagem precisa de quem o encomendou, qual modelo de comportamento a imitar, mostrando a fé, a devoção, a caridade da soberana, mas também o seu poder e prestígio, traduzidos na coroa e nos escudos heráldicos que evocam as suas origens mais recuadas, remontando ao imperador Frederico II de Hohenstaufen, o seu passado recente de infanta aragonesa até ao glorioso presente de rainha mãe, já rainha consorte do reino de Portugal por quase quarenta e três anos. Trata-se de um sepulcro que exalta a memória laica e, ao mesmo tempo, a devoção de D. Isabel e como tal devia ser “acessível” não somente às freiras, que dela conheceram o aspeto mais íntimo e menos oficial. Assim, considero pouco credível que um sarcófago que ostenta um tal programa iconográfico, quer na arca quer no jacente, tenha sido *concebido* para ficar fechado e escondido na clausura, como a cronologia até hoje aceite parece apontar. Por consequência, proponho antecipar a execução do monumento, inscrevendo-a entre o início de 1326 e o fim de 1327. Neste lapso de tempo a viúva de D. Dinis, depois de ter declarado, em Janeiro de 1325, “*ser morta*” com o rei seu esposo, de regresso da peregrinação a Compostela (Julho de 1325), começou a preparar-se para deixar o mundo. Neste processo de preparação para uma “boa morte”, reentrou também a realização do seu túmulo.

A *Lenda* narra que ainda a 7 de Janeiro de 1326 D. Isabel se encontrava em Odivelas para participar junto com o filho, o rei D. Afonso IV, muitos prelados e membros da corte, na celebração do primeiro aniversário do falecimento do marido (*A Vida da Rainha Santa Isabel* 1954, 98-99). A seguir, pôde finalmente mudar-se para Coimbra onde reativou a fábrica do cenóbio e encomendou a execução do seu sepulcro, concebendo um programa iconográfico que, no jacente, parece traduzir na pedra o *propositum* de 2 de Janeiro, fixando a sua imagem num eterno *hic et nunc* como rainha de Portugal, descendente de

¹⁹ Sobre o túmulo de Isabel de Aragão: Correia (1924, 68-69; 1953, 42-45); Dias (1986, 119-120); Macedo (1995, 442-443; 1999, 93-114; 2006, 641-661); Fernandes (2004, 317-323); Rossi Vairo (2009); Ramôa Melo (2012, 258-299).

estirpe imperial e real, e, ao mesmo tempo, peregrina de S. Tiago, com o hábito de Santa Clara somente em sinal de viuvez e humildade, uma vez que enverga a coroa, e qual generosa doadora de esmolos.

A proposta de cronologia antecipada para o sarcófago de Isabel de Aragão prende-se não só com as circunstâncias históricas, as informações colhidas nas fontes, narrativas e documentais, e as evidências dos vestígios materiais da capela e do *coretto* já examinadas, mas também com a análise iconográfica, estilística e comparativa com a produção escultórica coeva.

Na igreja do mosteiro de Santa Clara-a-Nova conserva-se o túmulo da infanta Isabel, filha de D. Afonso IV e D. Beatriz de Castela, que, antigamente, se encontrava na capela funerária da rainha Isabel no mosteiro de S. Clara e S. Isabel (Fig.3). A princesa, nascida a 22 de Dezembro de 1324, foi batizada pela avó e criada na casa dela até à sua morte prematura, ocorrida a 11 de Julho de 1326. Portanto, com base no dado biográfico, pressupõe-se que este foi realizado antes daquele da sua ilustre homónima²⁰; contudo, o confronto entre os dois sarcófagos permite suportar ainda mais a proposta de cronologia antecipada para o mausoléu da rainha Isabel.

O sepulcro da princesa compõe-se de arca (170x84x66 cm) e jacente que ostenta feições não correspondentes à idade da defunta, falecida com pouco mais de um ano e meio, representando uma menina. Os suportes não são originais e foram acrescentados posteriormente. O sarcófago está integralmente pintado, apresentando a policromia antiga num dos lados maiores. A arca é esculpida nos quatro faciais, indício de que, quando foi concebido o seu programa iconográfico, estava previsto que pudesse ser apreciado na sua inteireza. No lado curto correspondente aos pés da estátua, encontra-se a Virgem com o Menino entre anjos turiferários, enquanto nos restantes três lados são apresentadas, entre edículas separadas, dezassete imagens, sete em cada lado e três no restante lado breve: são todas santas virgens e mártires com a exceção de Santa Clara, virgem consagrada. Não obstante todas remetam para um idêntico modelo, na realidade não se repetem de forma igual, mas diferenciam-se por dimensões, ligeiramente diferentes, e por específicos atributos que consentiram a identificação pelo menos de algumas delas: Santa Clara, fundadora da Segunda Ordem Regular de que veste o hábito, enquanto segura numa mão um livro – a Regra – e na outra a píxide; Santa Catarina de Alexandria, virgem sábia de estirpe régia,

²⁰ Sobre o túmulo da infanta Isabel: Correia (1924, 69; 1953, 45); Macedo (1995, 442-443); e Ramôa Melo (2012, 329-349).

reconhecível pela coroa, a roda dentada e a espada; Santa Águeda que num prato mostra os seios que lhe foram arrancados durante o martírio. De identificação hipotética são: Santa Bárbara, representada com a espada e o livro; Santa Doroteia de Alexandria, virgem piedosa e sábia, cujo atributo distintivo é um cesto de flores; Santa Úrsula, identificável pelo hábito régio, a coroa sobre o véu, a palma e o livro.

O jacente mostra a infanta vestida à moda da época, tem os cabelos longos e soltos até às costas e na cabeça, apoiada numa almofada e protegida por um dossel, não enverga o véu, mas sim a coroa alusiva ao seu *status* de filha de rei; as mãos estão juntas, eternizando a defunta no acto de rezar. Vigiam e protegem o corpo da princesa quatro anjos e três leões, todos de fauces abertas: dois, de dimensões similares, estão colocados um de cada lado junto das pernas da estátua, enquanto o terceiro, o mais imponente, está posicionado aos seus pés. Por último, destaca-se a significativa decoração heráldica apresentando no verso do dossel, em posição central, as armas do reino de Portugal, ladeadas pelos escudos com os castelos do reino de Castela, e as armas do reino de Aragão juntamente com as de Portugal na tampa, clara alusão aos encomendantes do sarcófago, ou seja os pais da criança, os soberanos D. Afonso IV e D. Beatriz, e a avó, a rainha viúva Isabel.

Joana Ramôa evidenciou justamente a exclusividade da representação feminina na ornamentação da arca e deteve-se no potencial pedagógico e moralizador do programa iconográfico, sublinhando o valor de *unicum* assumido por esta obra no panorama escultórico português da primeira metade do século XIV (Ramôa Melo 2012, 337 e ss.). Tais observações adquirem maior peso e relevância se considerarmos quem era a comemorada – uma criança pouco mais que recém-nascida, inocente e pura –, mas sobretudo a quem era dirigida a mensagem contida na sua iconografia, ou seja as clarissas de Coimbra.

De facto, o túmulo da infanta, além da compaixão pela morte de um membro da Coroa, não comunicava nada ao povo, que assistia todos os dias à morte dos seus filhos por pobreza, doença ou fome; não estimulava a meditação dos fiéis e dos peregrinos de passagem que visitavam a igreja; e, em geral, não tocava particularmente os homens, não contemplados na representação, que talvez nem fossem aptos a compreender o real significado da presença daquelas santas virgens e mártires, tão distantes no tempo e do seu quotidiano. Portanto, o monumento “falava” principalmente às mulheres, porém não a todas, mas sim àquelas capazes de compreender o valor daquele testemunho e

daquela opção de vida radical e consciente, ou seja, àquelas que se tinham votado ao silêncio, à renúncia, à oração e à castidade, consagrando a sua vida a Deus. Obviamente, o túmulo “falava” também à família real, diretamente envolvida na comemoração da princesa. No caso específico, o jacente foi expressão tangível do carinho, da esperança de salvação e da devoção dos seus parentes, nomeadamente da avó, aquela que, acima de todos, mais se empenhara para que a defunta recebesse sepultura condigna e que, provavelmente, junto com um religioso franciscano, concebera a sua iconografia.

A este propósito, conforme à indicação dos criadores do programa iconográfico, as imagens da arca deviam assumir uma função de *exemplum*: as santas virgens e mártires, a que a filha dos reis tinha sido associada pela sua condição de criança inocente e sem pecado, tendo recebido o batismo, tornavam-se intermediárias privilegiadas na oração e modelos de conduta espiritual para as freiras, independentemente da idade delas, fossem noviças ou professoras.

À luz destas reflexões, pode-se supor que o sepulcro da infanta Isabel fora concebido para ser alojado dentro do coro, espaço exclusivo da comunidade e interdito aos demais, não na igreja. De resto, a família régia não teria tido dificuldade em obter a autorização para aceder à clausura para recolher-se em oração junto do túmulo, ao contrário da gente comum (que também não tinha algum interesse em obtê-la). Diversamente, imaginar que o sarcófago tenha sido pensado para a capela funerária da rainha e para ser colocado, ainda por cima, na nave do Evangelho, como consta na descrição contida no relatório do auto de 1612, redigido na altura da primeira abertura do mausoléu da futura Santa Isabel²¹, não faz sentido pelo facto de as *donas* não poderem vê-lo nem apreciá-lo nos seus pormenores. Além disso, as diferenças no tratamento plástico dos dois jacentes são tais que permitem afirmar, sem dúvida alguma, que o escultor que executou a estátua da neta não é o mesmo que esculpiu a da avó. Esta consideração prescinde das diferenças reconhecíveis entre as duas obras a nível de dimensões e de matérias-primas utilizadas, dados na verdade importantíssimos, o que resulta pelo menos curioso se pensarmos na proximidade cronológica das duas encomendas e no papel exercido pela rainha viúva na comemoração da infanta. De facto, constata-se uma certa rigidez nas feições do vulto da soberana com respeito ao da princesa, mais suave e cheio;

²¹ Sobre o relatório da primeira abertura do túmulo da rainha Isabel, ocorrida a 26 de Março de 1612, ver Vasconcelos (1891).

análoga rigidez observa-se no panejamento do hábito e do manto da avó que revela um certo arcaísmo do mestre ao compará-los com o vestido da neta, mais rico em detalhes e volume; assim como, finalmente, há uma notável diferença entre a pujança dos leões que vigiam o corpo da menina e a docilidade e as relativas dimensões daqueles que sustentam a arca da soberana. Por consequência, sou levada a crer que a execução do sarcófago da princesa, ou pelo menos a sua conclusão, seja posterior à decisão de D. Isabel mandar-se sepultar juntamente com a neta no coro.

Ao contrário, diferente é a sensação que se tem ao observar os faciais maiores das duas arcas onde parece inegável que, quem trabalhou numa, trabalhou também na outra ou, pelo menos, olhou ao monumento maior como fonte de inspiração. De facto, as santas do sepulcro menor (Fig.4) apresentam muitas analogias com as clarissas que comparecem num dos faciais longos do sarcófago da rainha a nível de execução do hábito, do panejamento, do movimento das pregas da túnica e do manto, na postura e na posição dos braços, reproduzidos em acto de sustentar ou levantar objetos, embora, no caso do mausoléu de D. Isabel, todas as religiosas, com exceção de santa Clara, segurem nas mãos um livro aberto (Fig.5).

Não obstante algumas diferenças também importantes, como o facto de, diversamente das professoras, as virgens aparecerem em cima de um pequeno pedestal e mais destacadas com respeito à parede de fundo das edículas, acredita-se que estas foram obtidas, quase “moldadas”, a partir do modelo das clarissas. Para sustentar esta afirmação basta confrontar as imagens de Santa Clara nas duas arcas sendo que a do túmulo da infanta é uma “versão em espelho” da do mausoléu da rainha. A corroborar ainda mais esta leitura está um último e fundamental detalhe: todas as figuras do sepulcro da princesa envergam o véu, mas o véu não constitui um elemento caracterizante da iconografia das santas virgens e mártires. Entre aquelas identificadas com mais segurança – Catarina de Alexandria, Águeda, Bárbara, Doroteia de Alexandria, Úrsula –, nenhuma ostenta o véu na sua iconografia tradicional e por certo não no século XIV. Portanto, o acrescento deste atributo parece ser fruto de uma escolha meditada, numa função ao mesmo tempo prática e simbólica: por um lado, os mestres podiam recorrer a uma fórmula já experimentada e testada, reutilizável em diferentes contextos, inserindo as devidas variantes, e desta maneira cortar os tempos de trabalho; por outro lado, através deste expediente, teria sido ainda mais explícita a ligação entre o sarcófago da avó e o da neta. Contudo, o aspeto talvez mais significativo desta inserção prende-se com a

circunstância de que o véu teria favorecido o processo de *mimesis* e de identificação entre as santas virgens e as *sorores*, esposas de Cristo, “o melhor dos maridos”, para o qual elas deviam manter-se castas e puras, assumindo, por consequência, também um valor vagamente repreensivo para com todos aqueles comportamentos transgressores da estrita observância da Regra.

Se, portanto, o túmulo da infanta Isabel foi destinado, por vontade da sua principal encomendante, a ser alojado no coro, quer dizer que este foi concebido, senão concluído, depois de Dezembro de 1327, quando a rainha viúva manifestara o desejo de ser sepultada além da grade juntamente com a neta. Tal resolução não implicava a renúncia de D. Isabel ao seu majestoso mausoléu, uma vez que já tinha sido realizado, mas sim a sua transferência da capela funerária, onde já fora colocado, para o *coretto*, espaço de características análogas construído dentro da clausura. Isto explicaria o carácter monumental do sepulcro da princesa, mesmo nas dimensões reduzidas, assim como a importância do programa iconográfico e as soluções estéticas adotadas, pois este foi pensado não só para ficar no coro, mas também para ser aproximado ao da sua mais ilustre homónima e ter a qualidade para sustentar o confronto. Isto porque, em conclusão, o monumento da infanta Isabel não teve a sua razão de ser somente enquanto testemunho da fugaz passagem terrena da amada neta e pela função pedagógica e moralizadora relativamente à comunidade religiosa que o teria acolhido, mas também como ideal prossecução, integração e completude do mausoléu da rainha Isabel, tornando-se quase uma espécie de “apêndice” deste²².

Apropriando-se da memória da neta, a avó e rainha viúva conseguia esculpir na pedra e traduzir em imagem já não o seu propósito de vida para os anos que lhe restava viver, mas sim o ponto de chegada do seu longo e atribulado caminho de maturação espiritual, tornado explícito no seu último testamento²³.

²² Para uma análise mais exaustiva do programa iconográfico dos túmulos da infanta Isabel e da rainha Isabel, ver Rossi Vairo (2014a, 290-303 e 359-385).

²³ Outros investigadores têm estabelecido uma relação entre os dois monumentos funerários, quer do ponto de vista estilístico, avançando a hipótese que ambos foram realizados pelo mesmo mestre Pêro, escultor de origem aragonesa, e da sua oficina (Macedo 2006), quer simbólico-ideológico (Ramôa Melo 2012), com base no papel de primeiro plano exercido pela rainha viúva Isabel na comemoração da neta, concretizando-se na encomenda do túmulo da princesa e no definir o seu arranjo.

Bibliografia

- A VIDA da Rainha Santa Isabel*. 1954. Ed. J. Vianna. Coimbra: Coimbra Editora.
- ANDRADE, Maria Filomena. 2012. *Rainha Santa, mãe exemplar. Isabel de Aragão*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BRANDÃO, Francisco. 1980. *Monarquia Lusitana. Parte Sexta*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 582-589.
- CORREIA, Vergílio. 1924. *Três túmulos*. Lisboa: Portugalia.
- _____. 1953. “A escultura em Portugal no Século XIV”. *Obras. Estudos de História de Arte – Pintura e Escultura*. III. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- DIAS, Pedro. 1986. “O Gótico”. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Alfa.
- ESPERANÇA, Manuel da. 1656-1666. *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de São Francisco na Província de Portugal*. Lisboa: Oficina de António Craesbeek de Mello.
- FERNANDES, Carla. 2004. *Poder e representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira Dinastia. Séculos XII a XIV*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras. Lisboa: Univ. de Lisboa.
- FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la. 1859. *Memórias das rainhas de Portugal. D. Teresa – Santa Isabel*. Lisboa: Tipographia Universal.
- HODNE, Lasse. 2007. *Sponsum amat sponsam. L’unionne mistica dele sante vergini con Dio nell’arte del Medioevo: uno studio iconologico*. Roma: Bardi.
- MACEDO, Francisco P. 1995. “O Descanso eterno. A Tumulária”. Pereira, P. (dir.). *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores. I, 434-455.
- _____. 1999. “O túmulo gótico de Santa Isabel”. *Imagen de la Reina Santa. Santa Isabel, infanta de Aragón y reina de Portugal*. Zaragoza: Diputación de Zaragoza, 93-114.
- _____. 2006. *Santa Clara-a-Velha. Singular Mosteiro Mendicante*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- RAMÔA MELO, Joana. 2012. *O Género feminino em Discussão. Re-presentações da mulher na arte tumular medieval portuguesa: projectos, processos e materializações*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- ROSSI VAIRO, Giulia. 2001. “Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il monastero di Santa Clara e Santa Isabel di Coimbra (1286-1336)”. *Collectanea Franciscana*. 71/1-2, 139-169.
- _____. 2009. “Alle origini della memoria figurativa: Sant’Elisabetta d’Ungheria (1207-1231) e Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal (1272-1336), a confronto in uno studio iconografico comparativo”. *Revista de História da Arte. Imagem, Memória e Poder*. 7, 221-235.
- _____. 2010. “Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di S. Dinis di Odivelas”. González Garcia, Miguel Angel, Carreiras, José Luís Albuquerque (orgs.). *Actas IV Congreso Internacional Cister en Portugal y en Galicia. Los Caminos de Santiago y la vida monástica cisterciense*. Ourense: Ediciones Monte Casino. II, 845-867; 864-865.
- _____. 2012. “O Mosteiro de S. Dinis, panteão régio (1318-1322)”. Santos, Carlota (coord.). *Família, Espaço, Património*. Braga: CITCEM. 433-448.
- _____. 2013. “Da Abadia de Santa Maria de Alcobaça ao Real Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas: o projecto monumental dos reis D. Dinis e D.

O TÚMULO DE ISABEL DE ARAGÃO, RAINHA DE PORTUGAL

- Isabel para o novo panteão régio”. Carreiras, José Luís Albuquerque (dir.). *Mosteiros cistercienses – História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Jorlis. II, 281-293.
- _____. 2014. “Isabel de Aragão e a Ordem de Cister em Portugal”. Franco, J. E., Abreu, L. M. (ed.). *Para a História das Ordens e Congregações religiosas em Portugal, na Europa e no mundo*. II. Lisboa: Paulinas, 287-300.
- _____. 2014a. *D. Dinis del Portogallo e Isabel d’Aragona in vita e in morte. Creazione e trasmissione della memoria nel contesto storico e artistico europeo*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- SANTOS, Ana Paula. 2000. *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (da instituição por D. Mor Dias à intervenção da rainha santa Isabel)*. Tese de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- SOUSA, António Caetano de. 1947. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida - Livraria Editora.
- VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de. 1891. “Primeira abertura do túmulo de D. Isabel de Aragão (a Rainha Santa)”. *Instituto*, 39, 11, 841-852.
- _____. 1893-94. *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão esposa do rei Lavrador Dom Dinis (a Rainha Santa)*. 2 vols. Coimbra: Imp. da Universidade.
- VAUCHEZ, André. 1989. *I laici nel Medioevo*. Bolonha: Il Saggiatore.

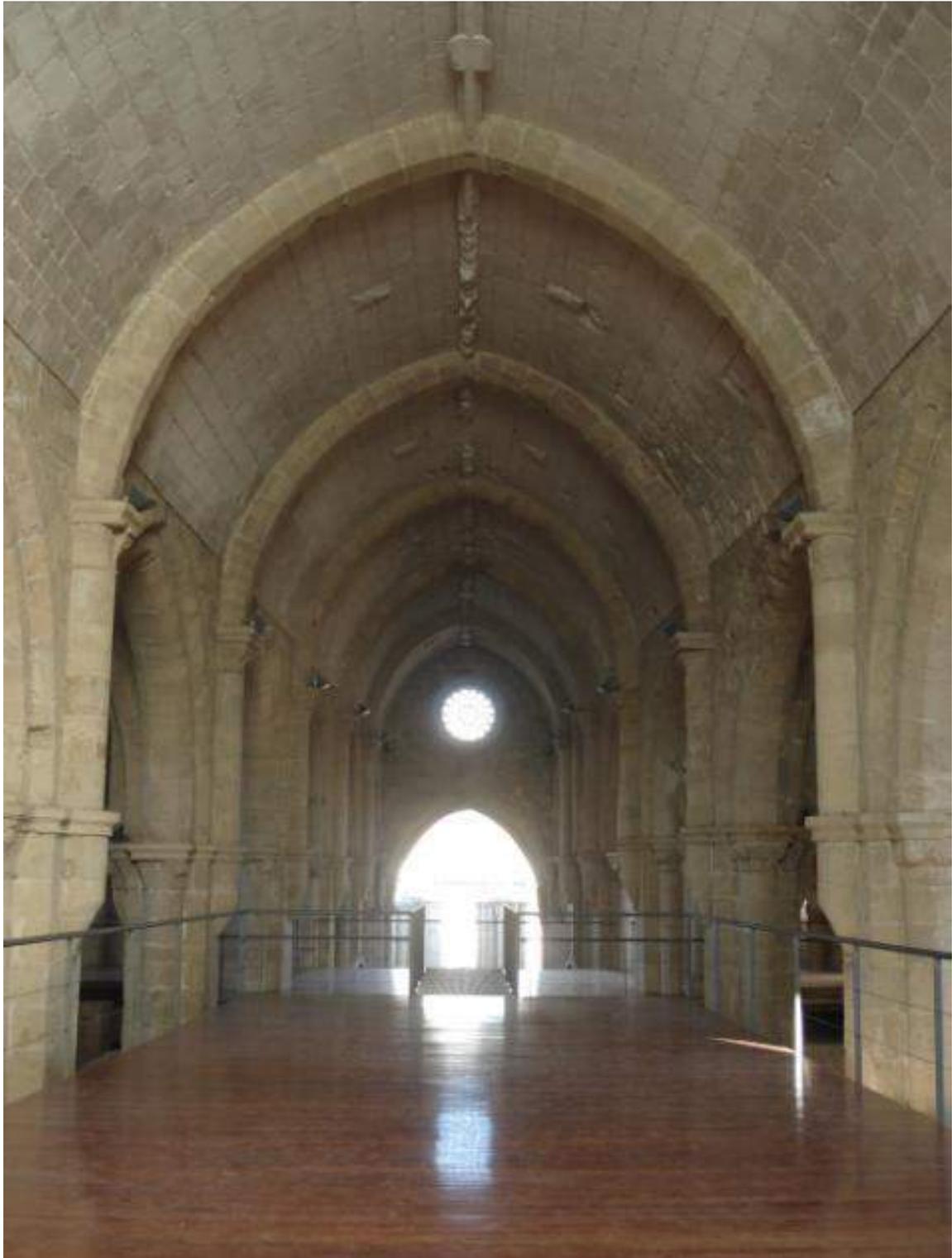


Fig. 1. Capela funerária da rainha D. Isabel vista do coro alto. Coimbra, igreja do mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Foto: Giulia Rossi Vairo.



Fig. 2. Túmulo de D. Isabel de Aragão, rainha de Portugal. Coimbra, coro baixo do mosteiro de Santa Clara-a-Nova.



Fig. 3. Túmulo da infanta D. Isabel. Coimbra, igreja do mosteiro de Santa Clara-a-Nova. Foto: José Custódio Vieira da Silva (© Imago).



Fig. 4. Túmulo da infanta Isabel. Pormenor da decoração da arca. Foto: Giulia Rossi Vairo.



Fig. 5. Túmulo de Isabel de Aragão, rainha de Portugal. Pormenor da decoração da arca. Foto: Giulia Rossi Vairo.